



## RESUMO

### INADIMPLÊNCIA DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

**AUTOR PRINCIPAL:**

Claudia Sgarbossa

**E-MAIL:**

104593@upf.br

**TRABALHO VINCULADO À BOLSA DE IC::**

Não

**CO-AUTORES:**

Júnior Candaten

Lilian Laura Vieira Cervieri

Mirian Sgarbossa

**ORIENTADOR:**

Julcemar Bruno Zilli

**ÁREA:**

Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Letras e Artes

**ÁREA DO CONHECIMENTO DO CNPQ:**

6.03.06.02-5

**UNIVERSIDADE:**

Universidade de Passo Fundo - UPF

**INTRODUÇÃO:**

As facilidades que o sistema financeiro oferece a população são muitas. A grande oferta de crédito e o não planejamento de compras levam os consumidores a adquirir bens por impulso que nem sempre são de primeira utilidade. Na hora do pagamento dessas compras, percebem que suas despesas são maiores que suas receitas e acabam optando por pequenos empréstimos e pagamentos mínimos que crescem ao valor da compra altos juros. Em períodos de inflação, o governo por meio de políticas fiscal e monetária poderá reduzir ou ampliar o acesso ao crédito. Todas essas medidas econômicas afetarão a renda disponível da população diminuindo seu poder aquisitivo, podendo comprometer parte da renda que seria destinada ao pagamento de dívidas. Sabendo que a elevação da taxa de juros inibe o investimento e, com isso, eleva a taxa de desemprego, Busca-se demonstrar os impactos que as variáveis salário mínimo e taxa de desemprego causam a inadimplência da população paulista.

**METODOLOGIA:**

Para a realização do presente trabalho utilizou-se variáveis que incidem sobre o grau de inadimplência do consumidor paulista, sendo estas o salário mínimo e a taxa de desemprego. O período analisado foi de janeiro de 1991 até janeiro de 2011, que possibilitou a construção do modelo econométrico de regressão linear múltipla. Utilizou-se o modelo econométrico Log-Log, o qual minimiza a heteroscedasticidade e a multicolineariedade. Inicialmente, procede-se o teste de raiz unitária por meio de Dickey-Fuller Aumentado e o teste de cointegração de Johanson. Considerou-se uma nível de significância de 5% para todos os testes realizados.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Os resultados mostram que ambas as variáveis são integradas de ordem 1, ou seja, possuem Raiz Unitária. Desta forma, foram utilizadas as suas diferenças para estabilizar o modelo. Além disso, observa-se que, pelo teste de hipótese sobre o coeficiente de regressão, mantendo a taxa de desemprego constante, o salário mínimo não exerce efeito sobre a taxa de inadimplência, ou seja, na região metropolitana de São Paulo, o mesmo não tem influência sobre a variação da inadimplência. No entanto, nota-se que, mantendo o salário mínimo constante, a taxa de desemprego exerce forte influência sobre a taxa de inadimplência da região. Assim, obtém-se que uma variação de 1% na taxa de desemprego, causa um efeito na taxa de inadimplência de uma variação de 2.03%.

A regressão apresenta-se pouco ajustada o que denota a existência de outras variáveis que influenciam a taxa de inadimplência da região metropolitana de São Paulo, onde a mesma possui relação linear com todas as variáveis independentes.

Sendo assim, observa-se que na região metropolitana de São Paulo, em ambos os testes, o salário mínimo não exerce, estatisticamente, influência sobre a taxa de inadimplência da população, denotando-se que por ser uma região próspera, o incremento do mesmo não será tão significativo, já que o PIB per capita é elevado.

Os resultados demonstram que o aumento no desemprego influencia significativamente nas contas familiares e, com isso, pode influenciar na inadimplência da população. Portanto, medidas devem ser tomadas para reduzir, cada vez mais, os efeitos do desemprego, pois, caso contrário, a economia brasileira poderá sentir fortes efeitos oriundos da inadimplência do consumidor.

## CONCLUSÃO:

Notou-se que a inadimplência sofre impactos da taxa de desemprego. Por sua vez, o salário mínimo torna-se insignificativo e, com isso, não tem efeito sobre a mesma. Assim, a inadimplência foca-se no desemprego populacional que faz com que sua renda caia, reduzindo a capacidade de pagamento, tornando-se um devedor contínuo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BANCO CENTRAL, Salário Mínimo. Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/>>. Acesso em 26 de junho de 2011.

CACCIAMALI, Maria Cristina. A Política de Salário Mínimo e sua Influência na Distribuição de Renda, disponível em: <<http://www.econ.fea.usp.br/cacciamali/>>. Acesso em 26 de junho de 2011.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS (IPEA). Índice da Taxa de Juros. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>, Acesso em 28 de junho de 2011.

---

Assinatura do aluno

---

Assinatura do orientador